

1. Saída de Marcia Telles

Hoje é dia de repercutir aqui no legislativo sobre a agenda urgente que precisa ser construída junto com a sociedade sobre o futuro da gestão ambiental e dos recursos hídricos na Bahia. Um passo imprescindível após a recente exoneração de uma gestora que esteve à frente de uma política ambiental devastadora para a Bahia.

Por isso é importante lembrar desse legado desastroso para que, da nova gestão assumida por Maria Amélia Mattos Lins, seja cobrada mais coerência, inclusive, com o pacto feito com os povos das florestas e com todos os movimentos defensores dos biomas brasileiros para que o presidente Lula fosse eleito.

Não é à toa que os movimentos ambientalistas comemoraram a saída de Márcia Telles da gestão do Inema.

Foi com ela à frente do Inema que promoveu o enfraquecimento dos conselhos de participação cidadã, instâncias essenciais para a política ambiental.

Foi na gestão dela que a Bahia passou a ser um dos campeões em desmatamento da Mata Atlântica e do Cerrado.

Foi nessa gestão que houve liberações em larga escala de licenças ambientais, autorizações de supressão da vegetação nativa, uma verdadeira política de desmatamento na Bahia.

De acordo com dados do Inpe, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, somente entre agosto de 2021 e julho de 2022, foram desmatados na Bahia 1.428 km², uma área corresponde a duas vezes o território de Salvador!

Foi nessa gestão que houve um amplo reforço da destruição ambiental pelo agronegócio, com a concessão de outorgas d'água sem critérios técnicos e ampliando conflitos socioambientais, como o de Barra.

Por conta dessa política ambiental nociva ao povo baiano que propusemos CPI do Licenciamento Ambiental. Houve, inclusive, confronto pessoal, tendo sido processado na Justiça por essa diretora, mas saímos vencedores da ação.

Mais recentemente, o conflito em Boipeba demonstrou o próprio desgoverno institucional, pois o licenciamento para instalação do empreendimento foi suspenso por ação de um órgão federal, apesar do INEMA.

O fato é que nunca houve apoio dos movimentos sociais a essa gestora e foram diversas as cartas assinadas por praticamente todas as entidades ambientalistas da Bahia, do Brasil e até mundiais, como o Greenpeace e o WWF, pela saída de Márcia Telles.

Então nós juntamente com os movimentos ambientalistas estamos comemorando a saída de Marcia Telles.

Mas isso não implica que a luta acabou, muito pelo contrário.

A política ambiental de Jerônimo parece ser a mesma de Rui Costa, no sentido de privilégio do agronegócio, mineração e políticas energéticas que atingem as comunidades tradicionais e o meio ambiente.

Grandes projetos e grandes empreendimentos continuam sendo incentivados e, inclusive, buscados pelo governador lá fora, com intenso impacto socioambiental.

De toda forma, temos esperança que essa nova gestão, de Maria Amélia Mattos Lins, tenha mais responsabilidade com a política ambiental do Estado, defendendo as legislações, diferentemente do verdadeiro AI5 que o Estado da Bahia viveu na política ambiental nos últimos anos.

A expectativa do movimento social e a nossa é tão grande que pretendemos solicitar a convocação da Nova Diretora do INEMA à ALBA para que ela apresente seu plano de gestão e preservação do meio ambiente da Bahia.

Temos aqui espaço para isso. Como vem construindo a Frente Parlamentar Ambientalista e de Defesa dos Territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais. Temos uma agenda fértil de discussões na ALBA para o debate sobre a questão ambiental.

Desejamos uma nova gestão diferente, mais democrática, que ouça os movimentos sociais, que ouça os e as excelentes técnicas e técnicos que o INEMA tem e que coloque o órgão ambiental para exercer sua verdadeira

função, que é proteger o Meio Ambiente e os Recursos Hídricos, e não destruí-los.

Estaremos vigilantes nesse processo.

2. Regulamentação da aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias

Outro assunto que trago aqui hoje é sobre a luta dos agentes de combate as endemias e os agentes comunitários de saúde, profissionais imprescindíveis pra o atendimento primário do SUS, as portas de entrada das famílias brasileiras para a saúde pública.

Estas categorias conseguiram uma conquista recentemente que foi a aprovação da Emenda Constitucional n° 120/2022, que estabeleceu o piso salarial em dois salários-mínimos.

Só que não foi somente isso. A Emenda Constitucional 120 estabeleceu também o direito à aposentadoria especial para os profissionais destas categorias, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas.

Só que, pra fazer valer esse direito, é essencial a sua regulamentação por meio de lei complementar que se refira à especificidade da situação da categoria.

Por isso, nosso mandato fez Indicação nessa Casa dirigida ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, que apresente projeto de lei no sentido de regulamentar a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, como prevê a própria Constituição.

A mesma indicação fizemos ao prefeito de Salvador, pra que ele encaminhe Projeto de Lei para a Câmara Municipal.

Do mesmo modo fizemos indicação para o governador para que institua auxílio pecuniário, não inferior a um salário-mínimo, a essas trabalhadoras e trabalhares como parte da responsabilidade tripartite com as categorias.